

Dias antes, posição era outra

Documento divulgado dia 27 dizia que moratória não seria necessária

ALDO RENATO

BRASÍLIA — No dia 27, três dias antes de vencer a primeira parcela da dívida com o Clube de Paris, de US\$ 230 milhões, que não foi paga, o presidente José Sarney recebeu documento preparado nos ministérios da Fazenda e Planejamento com esta afirmação: "No momento, a situação de reservas internacionais e de geração de saldos comerciais não justifica a suspensão dos pagamentos do serviço da dívida externa". Nos dias seguintes, o governo decretou desvalorização de 12% do cruzado, centralizou as operações de câmbio no Banco Central e deixou de pagar dívidas vencidas no Clube de Paris.

O documento, intitulado "15 pontos para um Pacto de Emergência", foi apresentado a lideranças do Congresso como uma resposta da área econômica oficial às várias propostas para um entendimento nacional, entre elas a da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Um dos pontos, "Redução do Pagamento do Serviço da Dívida Externa", considera a moratória como "medida extrema, com consequências desastrosas" para a manutenção futura de um fluxo mínimo de recursos externos. "Só se justificaria em condições de total falta de liquidez externa", diz o documento.

SENADOR PERPLEXO

O líder do PFL do Senado, Marcondes Gadelha, da Paraíba, que freqüenta o círculo íntimo do presidente Sarney, se diz "perplexo" com o teor do documento entregue pela área econômica ao presidente. "É estranha a posição, porque contradiz tudo o que foi feito dias depois", comenta o senador. Outras lideranças políticas consideram a hipótese de o documento ter sido preparado sem grande preocupação, apenas para se ter uma espécie de satisfação da área econômica às propostas de entendimento nacional. "Na verdade", diz um dos líderes, "os ministérios econômicos esconderam o que pretendiam fazer de fato".

O documento de 20 páginas descarta todas as propostas concretas para que o País saia da crise econômica. O governo não aceita o reajuste trimestral para

os preços privados e públicos controlados pelo Conselho Interministerial de Preço (CIP). "É insustentável para as empresas que já estão com seus preços desalinhados, como as estatais." Sobre a mudança do perfil e a rolagem da dívida interna — questão que inquieta os empresários e o setor financeiro — o governo antecipa que nada há a fazer. "O mercado não aceita o alongamento do perfil da dívida, principalmente depois da aceleração da inflação, e está voltado (o mercado) para taxas de juros mais altas e prazos mais curtos."

Fontes ligadas ao Palácio do Planalto asseguram que a única possibilidade de o governo dar um novo choque na economia seria a falta de um acordo entre a sociedade civil e o Congresso.

Nesse caso, o limite para o pacote seria setembro. O governo acredita que a alta da inflação de maio para junho se tenha devido apenas ao descongelamento de preços. Se for confirmada uma inflação de 30% para julho, como indicam as projeções do overnight, a expectativa vai virar ação. "O governo não pode ficar parado, vendo o País a caminho da hiperinflação", sustentou a fonte.